



Curso Superior de Licenciatura em Biologia

LORRANY ALCIDES FERREIRA

POR UMA BIOLOGIA ANTIRRACISTA: proposta de valorização da diversidade étnico-racial na licenciatura

Planaltina - DF

2025

LORRANY ALCIDES FERREIRA

POR UMA BIOLOGIA ANTIRRACISTA: proposta de valorização da diversidade
étnico-racial na licenciatura

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Superior de
Licenciatura em Biologia do *campus*
Planaltina do Instituto Federal de Brasília
como requisito parcial para obtenção de
título de Licenciada em Biologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Deise Barreto Dias

Planaltina - DF

2025

“A educação é o ato de socializar com as novas gerações os conhecimentos historicamente produzidos.”

(Bárbara Carine, 2023)

AGRADECIMENTOS

Devo meus agradecimentos à Lorrany de 7 anos, que sonhou em ser pesquisadora e nunca desistiu, mesmo sem saber o quanto o caminho seria desafiador.

À minha família, meu pai, minhas irmãs Gabrielly e Jemilly, minha sobrinha e afilhada Luna, e especialmente minha mãe, Noemia, por serem minha raiz, minha força e meu refúgio.

Ao meu noivo, Thalís, companheiro de jornada, por acreditar em mim e por estarmos construindo juntos uma nova história.

Ao meu filho, que ainda cresce em meu ventre, mas já me ensina sobre coragem, amor e esperança.

A todos os professores que cruzaram meu caminho, desde a infância até aqui, e que, com sabedoria, paciência e afeto, contribuíram para minha formação humana e acadêmica, em especial à minha orientadora, Deise, por sua dedicação e incentivo ao longo dessa jornada.

Ao povo negro, que sonha e resiste, transformando dor em força e conhecimento em libertação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
MATERIAL E MÉTODOS	11
Etapa 1 – Revisão de Legislações, Diretrizes Educacionais para uma formação docente de biologia antirracista	11
Etapa 2 – Análise Comparativa de Matrizes Curriculares	12
Etapa 5 - Análise de dados	14
Etapa 4 - Elaboração de Proposta Curricular	15
Etapa 5 - Produção de cartilha didática para professores de Biologia	15
RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
Revisão de Legislações, Diretrizes Educacionais	16
Análise Comparativa dos Projetos Pedagógicos de Curso	17
Análise das disciplinas sobre Educação Étnico-Racial nos PPCs	23
Proposta Curricular e Cartilha	25
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE	31

RESUMO

POR UMA BIOLOGIA ANTIRRACISTA: proposta de valorização da diversidade étnico-racial na licenciatura

Esta pesquisa teve como objetivo elaborar uma proposta de disciplina optativa para o curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal de Brasília *campus* Planaltina e produzir uma cartilha didático-pedagógica com perspectiva de ensino antirracista, voltadas à formação inicial e continuada de docentes de Ciências e Biologia. Para subsidiar essa elaboração, foi realizada uma análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das Licenciaturas em Biologia e Ciências da Natureza dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste, buscando identificar como as temáticas étnico-raciais são contempladas na formação docente, além do estudo das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 - que orientam a educação para as relações étnico-raciais - e em referenciais teóricos sobre formação docente e ensino antirracista. Os resultados apontaram avanços pontuais, porém desiguais, com escassez de disciplinas específicas e predomínio de abordagens superficiais, revelando lacunas na formação docente inicial. Com base nesse diagnóstico, foi elaborada uma ementa de disciplina optativa e uma cartilha didática contendo fundamentos teóricos e sugestões metodológicas para o ensino de Biologia sob uma perspectiva crítica, reflexiva e comprometida com a equidade racial. Conclui-se que tais instrumentos podem contribuir para o fortalecimento da formação docente antirracista e para a consolidação de uma educação científica plural e socialmente justa.

Palavras-chave: Educação científica; Formação de professores; Educação para relações étnico-raciais.

ABSTRACT

FOR AN ANTI-RACIST BIOLOGY: proposal to value ethnic-racial diversity in teacher education

This research aimed to develop a proposal for an elective course in the Biology Teaching Degree at the Federal Institute of Brasília, Planaltina *campus*, and to produce a didactic-pedagogical guide with an anti-racist teaching perspective, aimed at the initial and continuing education of Science and Biology teachers. To support this development, a documentary analysis of the Pedagogical Course Projects (PPCs) of the Biology and Natural Sciences Teaching Degrees at Federal Institutes in the Central-West Region was conducted, seeking to identify how ethnic-racial themes are addressed in teacher education. The study was based on Laws No. 10,639/2003 and No. 11,645/2008, which guide education for ethnic-racial relations, as well as on theoretical frameworks related to teacher education and anti-racist pedagogy. The results indicated punctual yet uneven progress, with a lack of specific courses and a predominance of superficial approaches, revealing gaps in initial teacher education. Based on this diagnosis, an elective course syllabus and a didactic guide were developed, containing theoretical foundations and methodological suggestions for teaching Biology from a critical, reflective, and equity-oriented perspective. It is concluded that these instruments may contribute to strengthening anti-racist teacher education and promoting a plural and socially just scientific education.

Keywords: Scientific education; Teacher education; Education for ethnic-racial relations.

INTRODUÇÃO

A educação antirracista é uma das principais frentes de luta por justiça social no ambiente escolar, buscando romper com os padrões excludentes que historicamente silenciaram e marginalizaram os saberes e as identidades negras e indígenas (Gomes, 2003). Em um país como o Brasil, que foi forjado sob os pilares do colonialismo, da escravização e da negação da diversidade, a construção de uma escola verdadeiramente democrática passa necessariamente pelo reconhecimento das desigualdades raciais e pelo enfrentamento do racismo estrutural (Souza, 2025, p. 304). Segundo Gomes (2003), é imprescindível que a escola reconheça os sujeitos historicamente marginalizados como protagonistas do processo educativo, construindo um ambiente que valorize suas trajetórias e culturas. Nesse sentido, como aponta Silva e Meira (2019), o papel do professor é fundamental para desconstruir estigmas e promover a equidade racial no cotidiano escolar.

Munanga (2005) destaca que o racismo é uma construção histórica que naturaliza hierarquias entre os grupos humanos, e sua superação exige uma nova postura pedagógica, comprometida com a equidade. Nesse cenário, torna-se fundamental que as instituições de ensino, especialmente as escolas públicas, assumam o compromisso ético e político com uma educação pautada na diversidade, na inclusão e no respeito às diferenças. A proposta de uma pedagogia antirracista implica, portanto, revisar conteúdos, práticas pedagógicas e materiais didáticos, bem como garantir a formação crítica e contínua dos docentes.

Nesse contexto, o aparato legal brasileiro tem buscado assegurar o direito a uma educação antirracista por meio de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. A Lei nº 10.639/2003 representou um marco ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir também a história e cultura indígena. Ambas reconhecem a relevância das contribuições desses povos para a formação da sociedade brasileira:

Os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, incluirão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena' (Brasil, 2008, p. 1).

Embora a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) reforce o compromisso com o respeito à diversidade e a promoção de uma educação equitativa, sua abordagem sobre as relações étnico-raciais tem sido alvo de críticas. Segundo Batista, Lopes e Coutinho (2021), o tema aparece de forma desarticulada, sem promover uma discussão estruturante ou transversal aos componentes curriculares, o que pode levar ao apagamento das questões raciais. Essa limitação também é apontada por Silva e Andrade (2021), que identificam uma falta de articulação entre os objetivos da BNCC e as diretrizes da Lei nº 11.645/2008, comprometendo a efetividade da educação antirracista.

A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica BNCC-Formação (Brasil, 2019) reconhece que os educadores devem estar preparados para atuar de forma ética, crítica e reflexiva diante das diversidades presentes nas escolas. No entanto, a formação docente ainda apresenta lacunas quanto às relações étnico-raciais, especialmente nos cursos de Ciências Biológicas, onde prevalecem visões eurocêntricas que tendem a silenciar epistemologias negras e indígenas (Munanga, 2005).

No ensino de Biologia, essa discussão é especialmente relevante. A ciência, em diversos momentos históricos, foi utilizada para legitimar desigualdades raciais. Entre o final do século XIX e o início do século XX, a Biologia sustentou discursos hoje reconhecidos como pseudocientíficos, evidenciando que a produção científica também pode operar como mecanismo de poder e exclusão (Schwarcz, 2019). Nesse sentido, é fundamental revisar criticamente os conteúdos e promover debates sobre racismo científico, saberes tradicionais e diversidade genética e cultural da humanidade.

Como defende Santos (2009), é necessário superar a “razão indolente” que ignora experiências e conhecimentos subalternizados, reconhecendo outras formas de produção de saber. Assim, repensar o ensino de Biologia com base em epistemologias diversas e plurais integra a luta por uma educação comprometida com a justiça racial e social (Gomes, 2012).

Silva (2020) enfatiza que “a ciência deve ser ensinada como uma construção social e histórica, permeada por disputas, avanços e retrocessos, e não como um corpo neutro e universal de verdades absolutas” (p. 61). Dessa forma, o ensino de Biologia pode contribuir para a construção de um conhecimento mais crítico, ético e conectado à realidade dos estudantes, fortalecendo o papel transformador da escola.

Mais de vinte anos após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, a implementação da educação antirracista ainda enfrenta desafios, principalmente pela falta de formação inicial e continuada de professores (Santos; Oliveira, 2019). Esse cenário evidencia a necessidade de políticas institucionais nas licenciaturas que incorporem a temática como eixo estruturante. A criação de uma disciplina optativa voltada ao ensino antirracista no curso de Licenciatura em Biologia do *campus* Planaltina busca preencher essa lacuna, criando um espaço sistemático de estudo, reflexão e prática pedagógica.

Como destaca Gomes (2017, p. 30), “a luta contra o racismo precisa ser assumida como tarefa política, pedagógica e ética por todos os que estão comprometidos com a construção de uma sociedade democrática”. Assim, este trabalho propõe a elaboração de uma disciplina e de uma cartilha didática voltadas ao ensino antirracista na Licenciatura em Biologia, contribuindo com a implementação da Lei nº 11.645/2008 e com a valorização dos saberes afro-brasileiros e indígenas. A proposta pretende fortalecer a formação docente crítica e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, reflexivas e representativas da diversidade étnico-racial brasileira.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral propor uma disciplina optativa e uma cartilha didática com perspectiva de ensino antirracista para o curso de Licenciatura em Biologia do *campus* Planaltina, fundamentada em teorias e práticas pedagógicas críticas. De forma integrada, busca: analisar lacunas na formação docente quanto às relações étnico-raciais, compreender os fundamentos do ensino antirracista, elaborar a ementa da disciplina e produzir uma cartilha didática com sugestões metodológicas para o ensino de Biologia sob essa perspectiva. Espera-se, assim, contribuir com o fortalecimento da formação de professores comprometidos com a equidade racial e com a promoção de uma educação científica plural e socialmente justa.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, foi conduzida em cinco etapas que serão evidenciadas nas subseções abaixo: revisão de legislações e diretrizes educacionais; análise comparativa de matrizes curriculares; elaboração de proposta curricular; produção da cartilha didática para professores e licenciando em Biologia; e análise sistemática dos dados coletados.

Etapa 1 – Revisão de Legislações, Diretrizes Educacionais para uma formação docente de biologia antirracista

Essa etapa compreendeu desde a elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) até o desenvolvimento das análises finais, consistindo em uma análise documental qualitativa e crítica, fundamentada em Cellard (2008).

Segundo o autor, os documentos devem ser compreendidos como produtos históricos e sociais, capazes de expressar valores, intenções e políticas educacionais de seu tempo. Essa perspectiva permitiu interpretar as normativas à luz dos contextos político e educacional em que foram produzidas, identificando como abordam a equidade racial e a formação docente.

Foram examinadas legislações e diretrizes relacionadas à promoção da educação das relações étnico-raciais e à formação inicial de professores, incluindo as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatórios o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena; a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que define competências e habilidades para a educação básica; e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (Brasil, 2019), que orienta os cursos de licenciatura com foco na formação por competências e na valorização da diversidade.

Etapa 2 – Análise Comparativa de Matrizes Curriculares

Com base nos referenciais teóricos e normativos estabelecidos na etapa anterior, esta fase concentrou-se na análise dos documentos institucionais. A coleta de informações foi realizada por meio de pesquisa documental nos *sites* oficiais dos Institutos Federais (IFs) da Região Centro-Oeste, com foco nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das Licenciaturas em Biologia. O PPC é o documento oficial que regulamenta o curso, incluindo o perfil do egresso, objetivos, diretrizes pedagógicas e a matriz curricular, o que o torna adequado para análise comparativa.

O processo de análise foi organizado em quatro etapas principais, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Etapas do processo de análise documental dos PPCs

Etapa	Descrição
1	Identificação do curso e do campus.
2	Localização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) mais atualizado.
3	Registro das informações em planilhas, contemplando o ano de atualização do PPC e a presença de disciplinas voltadas à diversidade.
4	Verificação da implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, analisando se as menções legais se traduzem em ações curriculares concretas.

Fonte: Autoria própria.

Verificação da implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos PPCs, para confirmar se as menções legais se traduzem em disposições curriculares e práticas formativas concretas.

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste foi conduzida a partir da abordagem de análise documental crítica proposta por Gil (2008), que considera os documentos como fontes capazes de revelar concepções, práticas e políticas educacionais implícitas em sua estrutura e conteúdo. Essa perspectiva permite compreender os PPCs não apenas como registros normativos, mas como expressões das intenções formativas e das políticas institucionais de cada *campus*.

A seleção dos descritores para análise "étnico-racial", "diversidade", "afro-brasileira", "indígena", "cultura negra", "cultura indígena", "10.639" e "11.645" fundamenta-se no critério de validade de conteúdo proposto por Krippendorff (2013). Esses termos constituem uma amostra representativa do universo semântico instituído pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, operacionalizando conceitualmente seus eixos normativos. A escolha abrange tanto marcadores textuais diretos da legislação quanto seus desdobramentos temáticos essenciais, configurando-se como indicadores válidos para mensurar a incorporação dessas premissas legais na formação docente. Dessa forma, a presença ou ausência desses descritores nos currículos funciona como métrica confiável para avaliar a permeabilidade dos projetos formativos às agendas da educação para as relações étnico-raciais.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se inicialmente o software R (R Core Team, 2025), por meio do qual foi realizada uma análise sistemática de conteúdo através da busca por palavras-chave associadas aos eixos temáticos da diversidade e das relações étnico-raciais. A ferramenta possibilitou quantificar a recorrência desses termos e mapear seus padrões de ocorrência. Os resultados dessa análise foram, posteriormente, sistematizados em planilhas do Microsoft Excel (Lakatos; Marconi, 2021), onde foram organizados para comparação. Esta abordagem garantiu objetividade, precisão e reprodutibilidade ao processo, fundamentando a identificação estruturada de ênfases, omissões e oportunidades de aprimoramento curricular na formação docente para a diversidade e educação antirracista.

Etapa 5 - Análise de dados

A análise dos dados seguiu uma abordagem mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos. A etapa qualitativa baseou-se na proposta de análise documental de Cellard (2008), que orienta a interpretação crítica de documentos a partir de seus contextos históricos, institucionais e discursivos. Essa perspectiva permitiu compreender como as políticas de educação para as relações étnico-raciais se materializam nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Conforme Gil (2008), a análise qualitativa busca interpretar o conteúdo dos dados de modo sistemático e fundamentado, identificando categorias, convergências e lacunas. Nesse sentido, as categorias analíticas como diversidade, equidade racial e formação docente foram definidas com base nos referenciais teóricos e normativos da pesquisa.

Na dimensão quantitativa, os dados foram sistematizados no Microsoft Excel (Lakatos; Marconi, 2021) e tratados no software R (R Core Team, 2025), por meio de contagem de frequência e representação gráfica dos termos. Essa combinação assegurou objetividade, precisão e reprodutibilidade, possibilitando uma comparação estruturada entre os cursos e a identificação de padrões na incorporação das temáticas étnico-raciais nos PPCs.

Dessa forma, a análise dos dados contribuiu para avaliar o comprometimento institucional dos cursos de Licenciatura em Biologia com a formação docente crítica e o ensino antirracista, em consonância com as políticas de promoção da diversidade e da equidade racial.

Etapa 4 - Elaboração de Proposta Curricular

Nesta etapa, como resultado foi elaborada uma proposta de disciplina optativa voltada à formação docente antirracista no curso de Licenciatura em Biologia, incluindo ementa, objetivos e referências bibliográficas. Essa etapa foi fundamentada em Gomes (2012), que defende uma educação comprometida com a equidade racial, e em Santos (2009), que propõe a superação da “razão indolente” mediante a valorização dos saberes subalternizados e a construção de epistemologias plurais.

A fundamentação teórica da proposta integrou estudos que abordam criticamente as desigualdades raciais na educação, o racismo estrutural, a formação docente comprometida com a justiça social e a valorização de epistemologias plurais, decoloniais e ancestrais. As etapas 1, 2 e 3 supracitadas de revisão de legislações, diretrizes educacionais, análise comparativa de matrizes curriculares e análise de dados foram fundamentais para essa construção, pois forneceram o embasamento legal e curricular necessário para repensar o currículo e as práticas pedagógicas. Essas reflexões possibilitaram o desenvolvimento de uma proposta mais inclusiva, crítica e representativa da diversidade étnico-racial brasileira, especialmente no campo das Ciências e da Biologia, servindo de base também para a elaboração da ementa e da cartilha.

Etapa 5 - Produção de cartilha didática para professores de Biologia

A quarta etapa foi a produção de uma cartilha didática, que será desenvolvida no decorrer desta pesquisa, com autoria da própria pesquisadora. Destinada a professores da Educação Básica e licenciandos em Biologia, com orientações práticas e sugestões pedagógicas para a implementação de um ensino de Ciências antirracista. A cartilha contém indicações bibliográficas e estratégias de ensino que

promovam o reconhecimento da diversidade étnico-racial e a valorização dos saberes afro-brasileiros, indígenas e populares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Revisão de Legislações, Diretrizes Educacionais

Após os avanços legais representados pelas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, o debate sobre o currículo nacional brasileiro passou por uma nova reconfiguração na década de 2010. Nesse período, marcado pela expansão da Rede Federal e pela consolidação das universidades públicas e dos institutos federais como espaços de democratização e valorização da diversidade, iniciou-se o processo de elaboração da BNCC, prevista na LDB (Lei nº 9.394/1996) como instrumento de unificação curricular. O processo, iniciado em 2015, ocorreu em meio a instabilidade política e transição de governo, gerando tensões ideológicas em torno de seu conteúdo. O documento final, homologado em 2018, foi apresentado como um marco de modernização curricular, centrado no desenvolvimento de competências e habilidades, em consonância com tendências internacionais de padronização da educação (Brasil, 2018).

Entretanto, pesquisadores e entidades educacionais criticaram o caráter tecnicista e despolitizado do texto, apontando a redução do espaço para discussões sobre diversidade e educação antirracista. Como observa Candau (2011), a BNCC expressa uma visão normativa da diversidade, sem problematizar as desigualdades raciais, de gênero e classe. O documento estabelece que cabe aos sistemas de ensino incorporar temas contemporâneos como a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Brasil, 2018, p. 19). Todavia, essas menções são genéricas e não apresentam estratégias pedagógicas ou relação direta com as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

Já a BNCC da Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2019) foi produzida em um contexto político ainda mais conservador, no qual prevaleceram discursos contrários à educação crítica e às políticas de diversidade. Mantendo o foco na formação por competências, o documento

negligencia dimensões sociais e políticas mais amplas. Embora oriente o professor a adotar uma perspectiva intercultural (Brasil, 2019, p. 5), não menciona explicitamente as relações étnico-raciais ou as legislações específicas, evidenciando um esvaziamento discursivo da educação antirracista. Para Gomes (2017), essa omissão representa um retrocesso, pois transfere ao professor individualmente a responsabilidade pela implementação dessas temáticas, sem respaldo institucional.

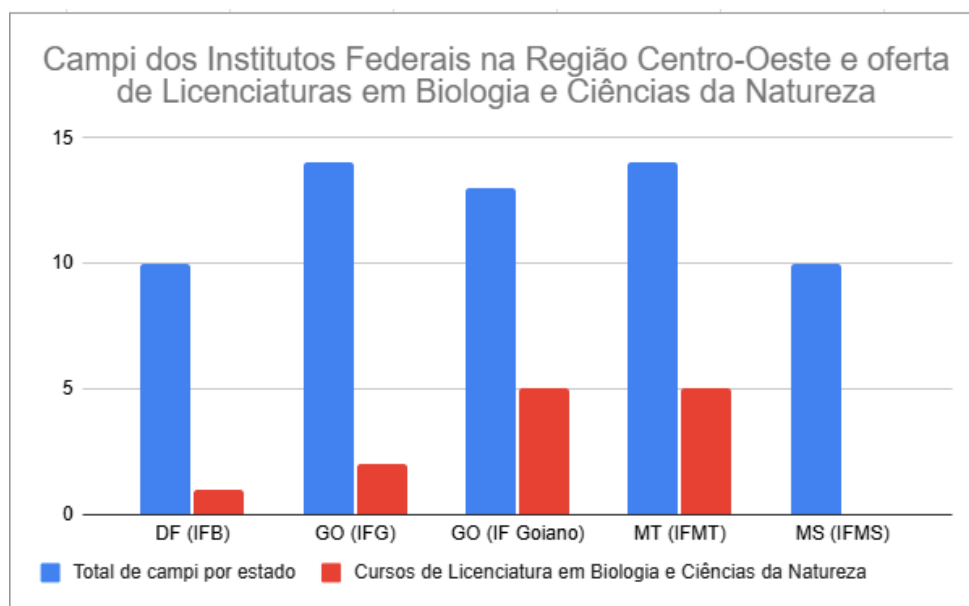
Portanto, tanto a BNCC quanto a BNCC-Formação emergem de reformas centralizadoras voltadas à padronização e mensuração de resultados, o que contribui para diluir o enfoque político e emancipatório presente nas legislações anteriores. À luz das dimensões propostas por Cellard (2008), a análise revela que, embora coerentes em sua forma, tais documentos carecem de autenticidade contextual, pois não dialogam de modo orgânico com a realidade social e educacional que motivou a luta pela educação antirracista.

Desse modo, a compreensão crítica dessas diretrizes e legislações torna-se essencial para contextualizar a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das Licenciaturas em Biologia e Ciências da Natureza da Região Centro-Oeste, uma vez que esses documentos institucionais materializam ou não os princípios de uma formação docente comprometida com a educação das relações étnico-raciais.

Análise Comparativa dos Projetos Pedagógicos de Curso

A análise comparativa dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) identificou 61 *campi* dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste, dos quais 13 ofertam cursos de Licenciatura em Biologia e Ciências da Natureza.

Figura 1 – *Campi* dos Institutos Federais na Região Centro-Oeste e oferta de Licenciaturas em Biologia e Ciências da Natureza



Fonte: Autoria própria.

A Figura 1 evidencia a distribuição desigual dos cursos de Licenciatura em Biologia e Ciências da Natureza entre os Institutos Federais da Região Centro-Oeste. Nota-se maior concentração em Goiás e Mato Grosso, enquanto o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul apresentam oferta limitada. Essa assimetria revela que, apesar da expansão e interiorização promovidas pela Lei nº 11.892/2008, persistem desafios na ampliação e na equidade da formação docente em biologia nessas áreas.

A concentração dos cursos em determinados territórios limita o acesso à formação de professores em Ciências e Biologia, o que impacta a qualificação científica e educacional da população local. Como destaca Dourado (2011), a expansão da Rede Federal ampliou o acesso ao ensino superior, mas sem garantir distribuição equilibrada das áreas de formação, especialmente nas licenciaturas.

Essas desigualdades também se refletem na efetivação das políticas educacionais étnico-raciais. Conforme Gomes (2012) e Munanga (2005), a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 requer professores preparados para atuar de forma crítica e antirracista. Assim, a escassez de cursos em algumas regiões pode restringir a formação de professores capazes de

incorporar temáticas afro-brasileiras e indígenas em suas práticas pedagógicas, limitando o alcance de uma educação crítica e plural.

A Tabela 2 aprofunda essa análise ao detalhar os *campi* e municípios que ofertam o curso de Licenciatura em Biologia em cada estado, evidenciando as diferenças na presença territorial e na distribuição da oferta formativa. Essa sistematização permite compreender como as disparidades regionais impactam a implementação das políticas de formação docente e a inserção das temáticas étnico-raciais nos currículos das licenciaturas.

Tabela 2 — Frequência de termos relacionados à diversidade étnico-racial nos PPCs de Licenciatura em Biologia e Ciências da Natureza dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste

Estado	Campus	Cidade	racial	étnico-racial	diversidade	afro-brasileira	indígena	10.639	11.645
DF	IFB	Planaltina	0	0	19	0	1	0	0
GO	IFG	Águas Lindas	20	13	49	7	13	2	3
		Formosa	7	2	18	6	15	1	1
		Catalão	3	1	11	3	6	1	1
	IF Goiano	Ceres	2	0	30	2	4	1	1
		Posse	3	3	14	10	8	2	2
		Rio Verde	8	0	28	1	0	0	0
		Urutai	4	3	30	3	3	1	1
MT	IFMT	São Vicente	1	1	34	12	3	4	2
		Confresa	0	0	22	8	9	3	2
		Juína	3	1	30	3	3	1	2
		Rondonópolis	2	1	43	4	5	3	1
		Guarantã do Norte	2	1	30	8	9	5	4

Fonte: Autoria própria.

Foram observadas as frequências dos termos racial, étnico-racial, diversidade, afro-brasileira, indígena e as menções às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que orientam a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos.

Essa visualização permitiu comparar a presença dessas temáticas nos PPCs, evidenciando os contextos institucionais com maior aderência às políticas voltadas à diversidade, à história e à cultura afro-brasileira e indígena. Os resultados apontam diferenças significativas entre os estados, revelando distintas formas de institucionalização da educação antirracista.

Distrito Federal

O Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Planaltina, apresenta dados que indicam uma baixa recorrência de termos relacionados ao ensino antirracista, como “racial” e “étnico-racial”, ambos zerados. O termo “diversidade” aparece com frequência (19), enquanto menções específicas a grupos afro-brasileiros e indígenas são praticamente inexistentes. (Instituto Federal de Brasília, 2022) Essa distribuição sugere que, embora haja reconhecimento da diversidade de maneira geral, o tratamento de questões étnico-raciais e de educação antirracista ainda é limitado ou abordado de forma superficial. A ausência de referências a afro-brasileiros e indígenas evidencia uma lacuna na inclusão de conteúdos que valorizem a história, a cultura e os desafios desses grupos, refletindo a necessidade de estratégias pedagógicas mais direcionadas e sistemáticas no *campus*.

Essa realidade não está dissociada do contexto urbano de Brasília, que, apesar de ser reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, enfrenta sérios problemas de segregação socioespacial. Segundo o historiador Guilherme Lemos, “*Brasília é considerada a cidade mais segregada do mundo*”, destacando que mulheres pretas e pardas, comunidade LGBT, pobres, indígenas e quilombolas têm acesso apenas aos lugares menos privilegiados da cidade, enquanto os melhores espaços são reservados a homens brancos e heterossexuais de classe média e alta (Lemos, 2023).

Além disso, dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2022 indicam que 57,4% da população do Distrito Federal se autodeclara preta ou parda, mas reside majoritariamente em regiões periféricas, distantes do Plano Piloto, onde há maior concentração de recursos e infraestrutura (Correio Braziliense, 2023). Esse cenário reflete um racismo estrutural que permeia as relações sociais e institucionais da cidade.

Portanto, a baixa recorrência de termos relacionados ao ensino antirracista no IFB de Planaltina pode ser vista como reflexo de uma realidade mais ampla de invisibilidade e marginalização dos grupos étnico-raciais na estrutura urbana e educacional do Distrito Federal. Há uma necessidade urgente de políticas públicas e

práticas pedagógicas que promovam a inclusão, a valorização da diversidade e o combate ao racismo em suas diversas manifestações.

Goiás

O estado de Goiás, com sua vasta extensão territorial e diversidade populacional, reflete essa pluralidade em seus Institutos Federais, como o Instituto Federal de Goiás (IFG) e o Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Os dados indicam variações significativas na presença de termos relacionados ao ensino antirracista nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), evidenciando que a abordagem sobre diversidade étnico-racial é tratada de forma distinta em cada *campus*.

O IFG de Águas Lindas destaca-se com elevada recorrência do termo “diversidade” (49) e menções expressivas a afro-brasileiros e indígenas (7 e 13, respectivamente). Esse cenário pode ser atribuído à localização do *campus* em uma região com significativa população negra e indígena, o que demanda uma abordagem curricular que reconheça e valorize essas culturas. Além disso, iniciativas como a Formação em Educação Antirracista com uso de tecnologia digital desenvolvida no *campus* Jataí (Instituto Federal de Goiás, 2023) reforçam o compromisso da instituição com a promoção da equidade étnico-racial.

Por outro lado, *campi* como Catalão e Ceres apresentam valores mais baixos, sugerindo desigualdade na implementação de políticas antirracistas. Essa disparidade pode estar relacionada à menor presença de populações afro-brasileiras e indígenas nessas regiões, o que pode levar a uma menor percepção da necessidade de inclusão dessas temáticas nos PPCs.

O Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Goiás (Portal Goiás, 2023) estabelece diretrizes para a promoção da equidade étnico-racial em diversas áreas, incluindo a educação. No entanto, a efetivação dessas políticas nos *campi* do IFG e IF Goiano parece variar, refletindo a necessidade de uma implementação mais uniforme e sensível às especificidades regionais.

Em síntese, a diversidade geográfica e demográfica de Goiás influencia diretamente a abordagem do ensino antirracista nos PPCs dos Institutos Federais.

Enquanto alguns *campi* incorporam de forma robusta conteúdos que abordam diferentes grupos étnico-raciais, outros ainda apresentam desafios na implementação de políticas inclusivas. Essa realidade destaca a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a inclusão, a valorização da diversidade e o combate ao racismo em suas diversas manifestações, adaptadas às realidades locais.

Mato Grosso

Os Institutos Federais de Mato Grosso (IFMT) têm demonstrado um compromisso significativo com a promoção da diversidade étnico-racial em seus currículos. Os dados indicam uma recorrência consistente e relativamente alta de termos relacionados ao ensino antirracista nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), com destaque para os *campi* de Rondonópolis e São Vicente. Esses *campi* apresentam frequências expressivas de termos como “diversidade” (43 e 34, respectivamente) e menções a afro-brasileiros e indígenas, evidenciando uma abordagem explícita e comprometida com a inclusão de conteúdos que abordam a pluralidade étnico-racial.

Essa constância nos valores entre diferentes *campi* sugere que o IFMT tem adotado estratégias mais sistemáticas para a inserção de temas antirracistas nos currículos, reconhecendo a importância de discutir desigualdades históricas e valorizar a diversidade cultural presente no estado. Além disso, o IFMT tem investido em ações complementares, como a oferta de cursos de docência e gestão para a educação das relações étnico-raciais e quilombolas, com o objetivo de promover um letramento racial nas comunidades estudantis e realizar ações de acolhimento (PROEN IFMT, 2023).

Entretanto, observa-se que nenhum dos PPCs analisados apresenta disciplinas específicas voltadas à educação das relações étnico-raciais ou ao ensino antirracista. Essa lacuna indica que, embora o discurso institucional demonstre alinhamento com os princípios da equidade e da diversidade, a efetiva materialização curricular dessas temáticas ainda não se consolidou. A ausência de

componentes curriculares dedicados à formação antirracista evidencia um descompasso entre as diretrizes institucionais e a prática pedagógica dos cursos.

Em síntese, o IFMT apresenta avanços em termos de reconhecimento e valorização da diversidade nos documentos oficiais, mas carece de uma inserção curricular mais consistente e estruturada. Tal cenário reforça a necessidade de revisão dos PPCs e de ampliação das ações formativas voltadas à educação antirracista, de modo a assegurar que a formação docente responda efetivamente às demandas sociais e às legislações educacionais vigentes.

Análise das disciplinas sobre Educação Étnico-Racial nos PPCs

A fim de identificar de que maneira a temática das relações étnico-raciais e do ensino antirracista está inserida nos cursos de Licenciatura em Biologia e Ciências da Natureza ofertados pelos Institutos Federais da região Centro-Oeste, realizou-se uma análise documental dos PPCs disponíveis. Conforme orienta Gil (2008), evidencia avanços e desafios na inserção da temática das relações étnico-raciais e do ensino antirracista na formação docente.

Tabela 3 - Análise das disciplinas sobre Educação Étnico-Racial nos PPCs dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Ciências da Natureza dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste

<i>Campus</i>	<i>Ano da Matriz</i>	<i>Disciplina Obrigatória</i>	<i>Semestre de Oferta</i>	<i>Tipo de Abordagem</i>	<i>Análise e Interpretação</i>
Águas Lindas (IFG)	2021	Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	2º	Específica	Insera a temática de forma direta e obrigatória, alinhada às Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Enfatiza o papel do professor na promoção do respeito à diversidade e no combate ao racismo.
Formosa (IFG)	2018	Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	3º	Específica e institucional	O PPC articula a disciplina com o NEABI, promovendo ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à educação antirracista.
Catalão (IF Goiano)	2023	Relações Étnico-Raciais nas Escolas	7º	Específica e interdisciplinar	Aborda as relações étnico-raciais em interface com práticas pedagógicas, destacando o papel docente na construção de ambientes educativos inclusivos.
Posse (IF Goiano)	2020	Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	2º	Específica	Enfatiza a identidade do educador e o enfrentamento do racismo institucional. Destaca a escola como espaço de valorização da cultura afro-brasileira e indígena.
Rio Verde (IF Goiano)	2013	Educação e Cultura Étnico-Racial Brasileira	7º	Transversal e reflexiva	Integra a temática ao eixo formativo de ética e cidadania. Embora não aprofunde metodologias antirracistas, reforça valores de equidade e respeito à diversidade.
Urutai (IF Goiano)	2017	Relações Étnico-Raciais e Diversidade de Gênero no Ambiente Escolar	8º	Específica e interseccional	Discute as relações étnico-raciais articuladas a gênero e sexualidade, com enfoque crítico e emancipador, alinhado a uma perspectiva de educação inclusiva e transformadora.

Fonte: Autoria própria.

Os resultados iniciais indicam que, embora as legislações nacionais especialmente as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 determinem a obrigatoriedade da inserção das temáticas afro-brasileira e indígena na educação básica e na formação docente, sua implementação ainda ocorre de forma desigual entre os diferentes *campi* da Rede Federal na Região Centro-Oeste. Essa heterogeneidade evidencia a necessidade de analisar não apenas a presença formal da disciplina nos currículos, mas também a forma como os PPCs aborda o ensino antirracista e as relações étnico-raciais em suas concepções formativas.

As análises evidenciam distintos níveis de comprometimento institucional com a temática étnico-racial nos cursos analisados. As abordagens variam entre enfoques específicos, centrados nas exigências legais; interdisciplinares, que integram o tema às práticas pedagógicas; transversais, que o distribuem em diferentes componentes curriculares; interseccionais, articulando raça, gênero e classe; e institucionais, sustentadas por políticas e núcleos como os (NEABIs) Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Candau, 2011; Gomes, 2017).

Ao analisar as ementas das disciplinas, verifica-se que todas se fundamentam nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando a inserção de conteúdos voltados às temáticas afro-brasileira e indígena. Contudo, observa-se que a profundidade e a abordagem metodológica variam entre os *campi*. Em Águas Lindas e Catalão, há referências explícitas à legislação e à adoção de práticas pedagógicas antirracistas, enquanto em Urutaí, Posse e Rio Verde a temática é tratada de forma mais ampla, vinculada apenas à diversidade e aos valores éticos. Tais distinções evidenciam que, embora haja uma orientação institucional comum, a efetivação do ensino antirracista ainda se apresenta de maneira desigual.

Já nos Institutos Federais de Mato Grosso (IFMT) e de Brasília (IFB), não há oferta de disciplinas obrigatórias voltadas às relações étnico-raciais nas Licenciaturas em Biologia e Ciências da Natureza, o que pode revelar lacunas na efetivação das políticas de educação antirracista.

Nesse contexto, destaca-se o papel dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), que atuam como espaços de articulação e fortalecimento das

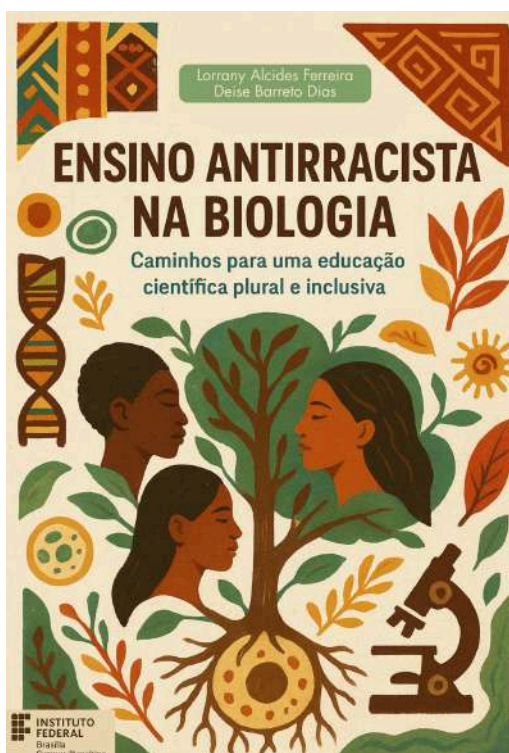
ações voltadas à promoção da diversidade e ao enfrentamento do racismo no âmbito institucional. Essas constatações reforçam a importância de consolidar políticas institucionais permanentes que integrem a educação étnico-racial de forma transversal na formação docente, contribuindo para uma prática educativa crítica e socialmente comprometida.

Proposta Curricular e Cartilha

A análise dos PPCs das Licenciaturas em Biologia evidenciou lacunas na inserção das relações étnico-raciais na formação docente. Para suprir essas lacunas, foi elaborada uma proposta curricular, disciplina optativa de ensino antirracista no IFB, articulando aspectos teóricos e práticos sobre história, cultura e saberes afro-brasileiros e indígenas (Apêndice A).

Complementarmente, produziu-se uma cartilha pedagógica para apoiar a implementação da disciplina, reunindo fundamentos teóricos, propostas metodológicas e exemplos de práticas integradoras (Freire, 1996; Munanga, 2005).

Figura 2 - Capa da cartilha "Ensino Antirracista na Biologia: caminhos para uma educação científica plural e inclusiva"



Fonte: Autoria própria.

Essas iniciativas demonstram como a combinação entre análise dos PPCs, disciplina e material didático específico pode fortalecer a formação docente crítica e socialmente engajada, promovendo a inclusão efetiva das temáticas étnico-raciais na educação em Biologia.

CONCLUSÃO

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das Licenciaturas em Biologia e Ciências da Natureza dos Institutos Federais da Região Centro-Oeste evidenciou avanços limitados na efetivação das políticas de educação para as relações étnico-raciais. Embora haja menções à diversidade e à inclusão nos documentos institucionais, ainda é incipiente a presença de disciplinas e práticas sistematizadas que abordem de forma crítica o ensino antirracista.

Esses resultados reforçam a necessidade de ações mais consistentes de revisão curricular e formação docente, de modo que a temática étnico-racial seja tratada de forma transversal e permanente, e não apenas normativa. Nesse sentido, a proposta de disciplina optativa e a cartilha pedagógica elaboradas neste estudo configuram-se como instrumentos de fortalecimento das práticas antirracistas na formação de professores de Biologia, contribuindo para a consolidação de uma cultura educacional mais equitativa, plural e comprometida com a justiça social.

Como contribuição, este trabalho amplia o debate sobre a institucionalização do ensino antirracista na formação inicial docente, propondo alternativas pedagógicas concretas que articulam teoria e prática. Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre a efetividade dessas propostas em contextos reais de sala de aula, bem como investiguem o impacto das ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) na consolidação de políticas educacionais voltadas à equidade racial.

REFERÊNCIAS

BATISTA, G. M.; LOPES, A. A.; COUTINHO, E. R. Formação docente e práticas inclusivas: um estudo sobre desafios e perspectivas. *Revista Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 32, p. 201–218, jan./abr. 2021.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2019.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

BRASIL. MEC. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília, DF: 2019.

CANDAU, V. M. *Educação intercultural: mediações, tensões e possibilidades*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 1059–1076, out./dez. 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

CORREIO BRAZILIENSE. *Mais da metade da população do DF é preta ou parda, aponta PDAD 2022*. Brasília, 2023.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 27, n. 1, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. Educação, diversidade e desigualdade racial no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727–744, 2012.

GOMES, N. L. *Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Protocolo Antirracista: combate às desigualdades na rede pública de ensino do DF*. Brasília, 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. *Programa Goiás Sem Racismo*. Goiânia, 2025.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (IEDE); TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Desigualdade racial no ensino básico aumentou na última década*. Brasília, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia*. Planaltina, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*. Águas Lindas, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*. Formosa, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia*. Confresa, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia*. Juína, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciência da Natureza – Biologia*. Guarantã do Norte, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Biologia*. São Vicente, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza*. Rondonópolis, 2022.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*. Ceres, 2017.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais*. Catalão, 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia*. Posse, 2008.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*. Rio Verde, 2013.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*. Urutaí, 2017.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: An introduction to its methodology*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LEMOS, G. *Brasília, a cidade mais segregada do mundo: reflexões sobre espaço e desigualdade racial*. Brasília: CLDF, 2023.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PINHEIRO, B. C. S. *A escola como território decolonial: práticas e reflexões sobre o ensino antirracista*. Salvador: Editora Malê, 2020.

PINHEIRO, B. C. S. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta, 2023.

PORTAL GOIÁS. *Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Goiás*. Goiânia, 2023.

PROEN IFMT. *Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombolas no IFMT*. Cuiabá: IFMT, 2023.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2025.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, É.; OLIVEIRA, L. A efetivação da Lei 10.639/03: desafios e possibilidades na formação inicial de professores. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 8, n. 1, p. 50–65, 2019.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, E. Racismo científico e o ensino de Ciências: desafios para uma educação antirracista. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 26, n. 1, p. 55–72, 2020.

SILVA, J.; ANDRADE, M. A implementação da Lei 10.639/2003 no ensino superior: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 26, n. 50, 2021.

SILVA, S. A. da; MEIRA, F. P. F. A educação das relações étnico-raciais na formação inicial: um diálogo necessário no combate ao racismo. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 6–27, jan./jul. 2019.

SOUZA, J. M. de. Racismo estrutural dentro do ambiente escolar. *Revista + Educação*, v. 8, n. 3, p. 301–311, abr. 2025.

APÊNDICE

Apêndice A – Ementa Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de Biologia

Nome da disciplina: Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de Biologia
Ementa: Estudo das relações étnico-raciais no contexto da educação científica e biológica. Análise crítica das concepções de raça, etnia e diversidade cultural nas ciências e nos currículos escolares. Reflexões sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Biologia, com foco na desconstrução da ideia de raça biológica, na valorização dos saberes tradicionais e na inclusão da perspectiva decolonial no ensino de ciências.
Bibliografia Básica: BRASIL. Lei nº 10.639 , de 9 de janeiro de 2003. BRASIL. Lei nº 11.645 , de 10 de março de 2008. CANDAUI, V. M. Educação intercultural: construindo o diálogo nas diferenças . Petrópolis: Vozes, 2011. GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores . Belo Horizonte: Autêntica, 2017. MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra . Petrópolis: Vozes, 2005. .PINHEIRO, B. C. S. Como ser um educador antirracista . São Paulo: Planeta, 2023.
Bibliografia Complementar: FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 2018. FERREIRA, L.A.; DIAS, D.B. Ensino antirracista na Biologia . Brasília, 2025. KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. SANTOS, A.B. dos. Colonização, quilombos: modos e significações . Brasília / DF: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI / Universidade de Brasília – UnB, 2015. SILVA, R.H.A. da. Por uma formação docente antirracista: saberes, formas e conteúdos para o ensino em ciências . Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2023. SILVA, T. T. (org.). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2020. VASCONCELOS, S. D. Ensino de Biologia e relações étnico-raciais: desafios e possibilidades . REnBio, 2022.



Deise Barreto Dias <1159296@etfbsb.edu.br>

Ata de defesa de TCC- Lorrany Ferreira

4 mensagens

Deise Barreto Dias <deise.dias@ifb.edu.br>

14 de novembro de 2025 às 08:51

Para: Lorrany Ferreira <lorrany57843@estudante.ifb.edu.br>, Ravenna da Silva <dasilvaravenna@gmail.com>, Kaiser Dias Schwarcz <kaiser.schwarcz@ifb.edu.br>

Prezado Kaiser e prezadas Ravenna e Lorrany,
segue a ata de defesa do TCC da Lorrany para ciência.
Por favor, respondam a este e-mail informando se estão de acordo com a ata.
Mais uma vez, agradeço a vocês pela disponibilidade e ricas contribuições.

**ATA DE DEFESA DO TCC**

Às 14 h do dia 05/11/2025, pela plataforma Google Meet, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Biologia do *Campus* Planaltina do IFB, sob a presidência da orientadora Deise Barreto Dias e participação dos examinadores Kaiser Dias Schwarcz e Ravenna Horana Alves da Silva, para avaliar o TCC intitulado: **POR UMA BIOLOGIA ANTIRRACISTA: proposta de valorização da diversidade étnico-racial na licenciatura**, apresentado pela discente Lorrany Alcides Ferreira, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Biologia. A presidência declarou instalados os trabalhos, dando início à mencionada apresentação que durou cerca de 30 minutos. Em seguida, foram realizadas as perguntas dos examinadores. Na sequência, a banca se retirou para deliberações e cálculo da média. Em seguida, a banca retornou à plataforma, ocasião em que a presidência leu o resultado alcançado, que é o seguinte:

MÉDIA igual a 9,5**Recomendação:** Aceito sem modificação Aceito com modificação, tendo o prazo de 23 dias para entrega da versão final Recusado

Nada mais havendo para ser tratado, a presidência deu por encerrados os trabalhos às 15h30h, agradecendo aos presentes e lavrando esta ata, que depois de lida e aprovada, é enviada ao *e-mail* da discente e dos examinadores para anuência e assinaturas.

Obs: caso o(a) discente não entregue a versão final, haverá restrições relativas à emissão de documentos por parte do registro acadêmico, tais como: declaração de conclusão de curso, histórico escolar completo, diplomas e outros documentos inerentes às informações comprobatórias de conclusão deste curso.

Atenciosamente,
Deise Barreto Dias

Docente de Biologia- Ensino Médio Integrado

19/11/2025, 15:33

E-mail de Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Brasília - Ata de defesa de TCC- Lorrany Ferreira

Docente da Licenciatura em Biologia
Doutora em Educação em Ciências
Coordenação do NEABI e NUGEDIS do IFB CPLA



Ravenna da Silva <dasilvaravenna@gmail.com>
Para: Deise Barreto Dias <deise.dias@ifb.edu.br>

14 de novembro de 2025 às 08:52

De acordo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Lorrany Ferreira <lorrany57843@estudante.ifb.edu.br>
Para: Deise Barreto Dias <deise.dias@ifb.edu.br>

14 de novembro de 2025 às 15:39

de acordo!

Em sex., 14 de nov. de 2025 às 08:51, Deise Barreto Dias <deise.dias@ifb.edu.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Kaiser Dias Schwarcz <kaiser.schwarcz@ifb.edu.br>
Para: Deise Barreto Dias <deise.dias@ifb.edu.br>

19 de novembro de 2025 às 12:34

Olá.

De acordo com a ata.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Kaiser Dias Schwarcz

Dr. em Biologia Molecular e Evolução

Docente EBTT - IFB campus Recanto das Emas

"Nada na Biologia faz sentido exceto à luz da evolução"

- Theodosius Dobzhansky



Avenida Monjolo | Chácara 22 | Núcleo Rural Monjolo
Recanto das Emas | DF | CEP 72620-100

Em sex., 14 de nov. de 2025 às 08:51, Deise Barreto Dias <deise.dias@ifb.edu.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Documento Digitalizado Público

TCC da Lorrany Alcides Ferreira

Assunto: TCC da Lorrany Alcides Ferreira
Assinado por: Sílvia Fernandes
Tipo do Documento: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sílvia Dias da Costa Fernandes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 09/12/2025 10:15:57.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/12/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 779380

Código de Autenticação: fe3a42b9ee

